

Avaliação institucional da Universidade Federal do Maranhão na década de 1990: o Programa PAIUB

Institutional evaluation of Universidade Federal do Maranhão in the 1990: PAIUB Program

Werlang Cutrim Gomes¹

Maria Alice Melo²

RESUMO

Reflexão sobre a avaliação institucional, a Reforma do Estado brasileiro e suas implicações para a educação superior, destacando-se o PAIUB na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, considerando o discurso oficial de gestão participativa que almeja levar a universidade para a “modernidade” numa realidade que demonstra contraditoriamente o descaso do Governo para com a Universidade pública.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Universidade pública. Reforma do Estado.

ABSTRACT

A study about institutional evaluation, the Brazilian State Reform and its implication on higher education, being distinguished the PAIUB in the Federal University of Maranhão – UFMA, considering the official speech of participative management that longs for to take the university for “modernity” in a reality that demonstrates contradictions and the indifference of the Government to with public University.

Keywords: Institutional evaluation. Public university. State reform.

Introdução

Vivenciamos, durante as últimas décadas do século XX, a implantação de políticas educacionais voltadas para a avaliação

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Professor do Departamento de Educação II da Universidade Federal do Maranhão.

² Doutora em Educação pela USP. Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e o Departamento de Educação II da Universidade Federal do Maranhão.

institucional, as Universidades, dentre estas as Federais são orientadas para desenvolverem o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) desenvolveu o seu projeto de avaliação institucional tendo como referência a proposta nacional do PAIUB.

Nesse artigo, refletimos como se desenvolveu o PAIUB na UFMA e quais implicações são relevantes na condução de um Programa de Avaliação Institucional voltado para a emancipação, assim discorreremos sobre o contexto político que sustenta a reforma administrativa do Estado e conseqüentemente a reforma educacional que orienta as políticas voltadas para a área de educação superior como a que se destina à avaliação das instituições de ensino superior no Brasil, dentre elas as IFES, Instituições Federais de Educação Superior.

2 UFMA diante da reforma de estado

A Universidade Federal do Maranhão, como as demais Universidades Federais, tem vivenciado uma situação exclusiva pelo poder público, caracterizada por insuficiência de verbas tanto para a manutenção quanto para o desenvolvimento. Esta situação a qual nos referimos resulta de uma política neoliberal, que orienta o Estado a tornar-se mínimo nas áreas sociais e máximo para o capital.

O Neoliberalismo tem sido a solução para resolver a crise que o modo de produção capitalista tem enfrentado, o Welfare State é apontado como um dos causadores das dificuldades que o capitalismo vive, portanto há um ataque contra o estado de Bem Estar Social, o inimigo dos neoliberais é identificado como a política Keynesiana, isto significa dizer que toda proposta de uma social democracia tem sido derrubada nesta nova perspectiva política e econômica.

O final do século XX ficou marcado, especificamente, pelas propostas neoliberais, com o encaminhamento de reformas políticas que atingem de modo especial a América Latina, e dentre as reformas

que mudam o cenário político, econômico e social, destaca-se a área da educação. As Universidades públicas, dentre elas a UFMA, são obrigadas a se adaptarem à nova ordem.

A situação de crise educacional tem sido esclarecida pelo governo como um problema simples de ausência ou inadequada administração. Dessa forma, são feitas orientações para o planejamento por objetivos e metas, bem como a exigência de uma racionalidade ao máximo, e a não centralização das ações administrativas nas instituições, mas por outro lado, não deixa de existir um controle central em nível do Estado, e nesta perspectiva, pretende-se chegar à solução dos problemas.

Nos últimos dez anos, a maioria dos países latino americanos desenvolveram reformas educativas, desse modo o Sistema é orientado a fortes restrições orçamentárias com relação ao financiamento da esfera pública. Assim temos o redimensionamento da relação Estado e classes sociais e o desenvolvimento de condições institucionais para promover uma reorganização no sistema educacional.

Para tanto objetiva-se adequar os serviços da área da educação à demanda do mercado, implementando-se assim, a prática da avaliação numa busca por uma qualidade melhor de ensino, o que torna a gestão e a organização do Sistema, prioridades nas reformas educativas voltadas para a região latino americana.

São organismos internacionais de assistência técnica e financeira como Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial, Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD que orientam as políticas educacionais para a América Latina no intuito de promover a modificação estrutural dos níveis de ensino, favorecendo ampliar a obrigatoriedade escolar; desenvolver reformas curriculares; permanente formação docente; gestão educacional inovadora, direcionada principalmente para diretores e supervisores, e desenvolvimento de processo contínuo de avaliação da qualidade

educacional.

Contraopondo-se ao encaminhamento estabelecido pelas reformas neoliberais, Rosar e Krawczyk (2001) chamam a atenção para o fato de existir em

dificuldades dos governos para flexibilizar o funcionamento de seus aparelhos burocráticos, superar os comportamentos ritualizados e ajustar seu funcionamento aos objetivos de qualidade propostos. De outro lado, os quadros tecnoburocráticos centrais ainda guardam resquícios das lógicas militaristas dos regimes autoritários que ocuparam o poder político durante as décadas precedentes. (ROSAR; KRAWCZYK, 2001, p. 35).

Efetivamente, tecnoburocratismo e autoritarismo militar marcaram as gestões públicas no passado do Brasil (Ditadura Militar – século XX) e hoje o governo enfrenta dificuldades para implantar a Reforma nos aparelhos de Estado.

Nos últimos cinco anos do século XX, o Brasil foi estimulado a fazer reformas institucionais como: econômica, tributária, fiscal, da previdência, produtiva, educacional, etc. Perpassa no discurso das reformas um caráter administrativo eficientista, que se traduz na realização de alguns ajustes, suficientes para que o país chegue à modernidade, ao desenvolvimento e superação dos problemas estruturais, favorecendo a dignidade do cidadão.

Dentre os protagonistas da Reforma do Estado no Brasil destacam-se também os órgãos internacionais FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial – BIRD/BM, etc; patrocinadores das políticas neoliberais nos países latino – americanos.

As propostas destes órgãos indicam que o Estado (a esfera pública), é responsável pela crise mundial e nacional. Desse modo, no que se refere ao Brasil, a crise econômica é consequência da crise do Estado que se caracteriza como crise fiscal, crise do modo de intervenção da economia e do social e crise do aparelho de Estado.

A crise fiscal refere-se à perda do crédito público e a poupança pública negativa, a crise do modo de intervenção corresponde

ao esgotamento de um modelo protecionista de substituição de importações, clientelismo, profissionalização insuficiente e burocratismo exacerbado. A flexibilização do aparelho de Estado é uma meta primordial para a sua reforma e, em relação ao social, fica estabelecida a ideia da total descentralização.

A pretensão da Reforma é que os serviços do Estado sejam iguais aos do setor privado, no que diz respeito à eficiência e a agilidade da prestação de serviços à sociedade. Se na administração direta do Estado há um núcleo burocrático forte, para as administrações indiretas faz-se necessário a flexibilidade, que pode ser desenvolvida através da transformação das Instituições de serviços públicos em organizações sociais¹. Nesse caso, dois projetos são necessários para ocorrer a publicização dos serviços públicos ou a mudança para organizações sociais.

Primeiro teria que haver a descentralização dos serviços sociais do estado para os Municípios e Estados da Federação; segundo, os serviços públicos estatais (do aparelho de Estado) passariam a ser do setor público, não-estatal e, nesse caso, seria feita a concessão de autonomia financeira e administrativa às instituições que prestam serviço público tais como universidades, escolas, hospitais, centros de pesquisa, etc. Haveria, por consequência, a transformação desses órgãos públicos em organizações sociais.

Para a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – ANDES, o Estado tem sido idealizado como neutro em relação às classes sociais, enquanto, a problemática da Reforma recai sobre a questão administrativa dos órgãos públicos, ou seja, apontam as administrações públicas como inflexíveis e irracionais, e nesse sentido, deveria haver racionalidade e flexibilidade em tais órgãos.

Sob esse aspecto o popular e democrático é acusado de irracional, solicitando-se na Reforma, maior liberdade de ação para os governantes, buscando-se adaptação à lógica mercantil, à racionalidade empresarial que passaria a existir no lugar da

¹ Organizações sociais são fundações de direito privado, prestando serviços públicos, porém, não são estatais. Legalmente são autorizadas a realizar contratos de gestão com o poder executivo, assumindo as gerencias das Instituições do governo e consequentemente do orçamento público (municipal, estadual ou federal).

racionalidade social. Assume-se, então, um discurso de modernidade, que critica os concursos públicos e a estabilidade dos funcionários, dentre outros.

A perspectiva gerencial é afirmada e reafirmada em nome da desburocratização e da criatividade, porém, o que existe de fato, sob forma de “discurso” é a desobrigação do Estado com as causas sociais, com as prestações de serviço público à sociedade.

O Ministério da Educação – MEC em compromisso com a política neoliberal do aparelho de Estado aponta perspectivas de privatização dos serviços públicos como os das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES ao estimular a realização de convênios e parcerias com empresas privadas e Instituições de Ensino Superior (IES) particulares; a cessão do patrimônio público para desenvolver pesquisas que atendam a interesses privados; ao repasse de verbas para IES particulares sem que a sociedade fiscalize e controle a aplicação das mesmas; a criação de fundações de apoio universitário; a criação de mecanismos que complementem o salário do professor universitário, eliminando o regime de dedicação exclusiva e fragmentando a luta pela valorização da carreira docente de nível superior.

No que se refere a UFMA queremos destacar a gestão que foi planejada do ano de 1993 ao ano de 2000, sendo de conhecimento da Comunidade Acadêmica por meio do “Plano de Desenvolvimento Institucional”. Dessa forma, lembramos que segundo o “Plano”, a UFMA adotará uma “gestão moderna”, “descentralizada” e “participativa”, fortalecendo, inclusive, as fundações de apoio e constituindo outras para o seu desempenho de qualidade e modernidade. Enfim, são enaltecidas a integração acadêmica, a participação, a avaliação institucional atuando conjuntamente e, dessa forma, considerando todas as orientações traçadas no “Plano”, a UFMA deverá aumentar a captação dos recursos financeiros buscando formas alternativas de financiamento e conquistando a “excelência” (GOMES, 2006).

Chama a atenção a forma como têm sido encaminhadas as mudanças para a educação superior brasileira. O “modus operandi” se

dá através de medidas provisórias e administrativas, transparecendo que o assunto é de interesse somente do Poder Executivo e do aparelho do Estado.

A democracia reivindicada após a ditadura militar parece que termina no Palácio do Planalto, uma vez que a sociedade civil organizada é posta de lado das discussões e a fiscalização das reformas são vistas como obstáculos às mudanças para a modernização do Estado.

Nesta conjuntura, os problemas são de ordem político institucional (democracia) e gerencial (capacidade de governo), sendo delegados aos eleitos plenos poderes para agir. Tal conjuntura identificada é semelhante nos países vizinhos ao Brasil, demonstrando que as estratégias de Reforma apoiam-se neste estilo de relação que há entre a sociedade civil e o Estado.

As Reformas que são encaminhadas no Brasil situam-se além da América Latina, pois o Banco Mundial orienta, por exemplo, quais mudanças devem ocorrer na área educacional dos países em fase de desenvolvimento ou periféricos, tais como: priorizar aspectos financeiros e administrativos; descentralização; autonomia e responsabilidade pelos resultados alcançados.

A reforma educacional situa-se em um contexto maior da reforma administrativa do Estado, fato que se pode perceber através da priorização do aspecto financeiro e do administrativo, da importância que assume a política de descentralização ao propor a reestruturação orgânica dos ministérios; das instituições intermediárias e das escolas. Destaca-se a importância atribuída aos sistemas de informação, solicitando dados educacionais quanto à matrícula, assistência, insumos, custos e capacitação de pessoal administrativo.

Embora as orientações do Banco Mundial sejam pela descentralização, este solicita a centralização da fixação dos padrões, da facilitação dos insumos que afetem o rendimento educacional e o controle do desempenho escolar. No que se refere à autonomia para as instituições educacionais destacam-se as medidas administrativas e financeiras. Para a questão financeira devem utilizar os impostos

dos governos centrais e locais; dividir custos com a comunidade local, fazer doações à comunidade e às escolas; cobrar taxas no ensino superior; diversificar as receitas; promover empréstimos educativos e realizar financiamentos com base em resultados, priorizando a qualidade.

Segundo Gomes (2006), a UFMA dentre tantas atividades como ensino e pesquisa, desenvolve também a extensão. Os serviços que vem prestando à sociedade têm aumentado e necessitado mais recursos, tanto humanos quanto financeiros. Essa manutenção e o funcionamento têm requerido também o apoio de fundações.

Dessa forma, há problemas na Instituição referentes ao financiamento, pois há uma pré-fixação dos limites que são insuficientes para pagar as despesas, assim acumulam-se débitos durante cada exercício da gestão, sendo necessário “recorrer a suplementações”.

Também destaca-se o fato da morosidade na aprovação do Orçamento que acontece, geralmente, no segundo semestre do ano. A exemplo, no ano de 1984 o orçamento federal foi aprovado no mês de novembro, acrescentando-se ainda o fato de as verbas federais serem repassadas para as IFES, dentre elas a UFMA, em forma de duodécimos. A liberação das verbas acontece em parcelas irrisórias contribuindo para agravar os problemas da Instituição (GOMES, 2006).

As reflexões a respeito das mudanças que estão sendo impostas para a educação superior do Brasil indicam que há, em forte escala, uma conotação administrativa normativa. Estas, no entanto, transcendem o teor da administração, alcançando a essência das IFES: a ciência, a tecnologia e todo o universo simbólico-cultural, fundamentos representativos da realidade que se faz.

A reforma da educação superior brasileira situa-se em um contexto de mudanças nas atividades humanas, tais como a economia, a industrial, a ambiental, etc; nesse intento, torna-se necessário que seja tratada considerando as relações que há entre saber, poder e ideologia.

Compreendemos também as reformas educacionais que advém da década de 1970 aos dias atuais (século XXI) como um

processo de desenvolvimento histórico das relações sociais que visa à regulação da própria sociedade, e um desenvolver epistemológico de entendimento do mundo e de formas de controle social, tendo na escola e ação educativa o seu lócus principal. Nesta perspectiva, Silva Junior e Sguissardi (1997) observam que

A reforma da educação superior faz parte, portanto de um processo mais amplo e profundo de modernização das instituições sociais com o objetivo de assegurar a hegemonia capitalista a partir de valores produzidos nesta nova etapa deste modo de produção. (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 1997, p. 30).

O entendimento destas questões se dá em função do momento histórico de transição do regime de acumulação do modo de produção capitalista, ocasionando mudanças sociais.

Assim, o momento histórico exige a formação de um ser humano com nova subjetividade adequando-o à organização social emergente do capitalismo atual.

As reformas educacionais dos anos 70/90 têm relação direta com a regulação social para atender a concretização do “Fordismo”³¹ após a Segunda Guerra Mundial, exigindo assim modernização dos sistemas de educação.

O capitalismo tem passado por diversas formas de desenvolvimento até chegar ao “Fordismo”, que predominou no centro da economia mundial até os anos 1970.

O modo de produção capitalista em 1970 passa por uma crise ocasionando o desenvolvimento da nova ordem econômica que presenciamos atualmente. Nesse sentido, a vertente produtiva do “Fordismo”, que é a organização e o processo de trabalho, apresentou produtividade insuficiente ocasionada por uma base tecnológica que se tornou obsoleta, o capital investido não gerou mais renda como antes. Temos então, um quadro de desemprego e de inflação,

³ Sistema econômico que tem como característica a acumulação intensiva de capital, associa-se a produção e consumo de massa, utiliza-se do Estado para manter o equilíbrio entre a oferta e a procura que se concretiza através de política de compensação social. O modelo de desenvolvimento centrado no fordismo identifica-se como um paradigma que se desenvolve com intensivas formas tayloristas e fordistas de organização do trabalho, possui um padrão industrial que se caracteriza por forte mecanização e divisão técnica do trabalho.

que foram agravados com a crise do petróleo. Assim, um contexto econômico cheio de contradições, motivou os movimentos sociais a denunciarem a crise que se formara.

Conforme as reflexões sobre a reforma da educação e sua relação com a política neoliberal, Gomes (2006) em pesquisa sobre avaliação institucional e gestão, destaca que os discursos dos Planejamentos da gestão da UFMA estão em concordância com o discurso do Planejamento do PAIUB – UFMA, pretendendo elevar a Universidade à categoria de excelência, desenvolvendo a qualidade, eficiência e produtividade que a sociedade globalizada e moderna almeja. Desse modo, a avaliação institucional associada ao discurso de participação, democracia e descentralização, compõe a “gestão democrática” da UFMA.

Contraditoriamente, a UFMA vivencia uma situação de dificuldades financeiras enquanto instituição pública, necessitando recorrer a fontes alternativas para solucionar seus problemas de finanças, constituindo “fundações” de suporte para o desenvolvimento de atividades que captem recursos, lembrando a política de administração do público não-estatal ou até mesmo a perspectiva do quase mercado em educação.

Lembramos que o discurso de qualidade e excelência era o objetivo do GERES – Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior em 1986, que através da avaliação institucional queria transformar algumas IES em “Centro de Excelência”, numa perspectiva de qualidade empresarial. Nesta ótica empresarial está a perspectiva da gestão pela qualidade total.

A avaliação institucional tem sido assunto nas gestões universitárias e o PAIUB faz parte da história das universidades, nesta perspectiva, aprofundamos nossas reflexões com destaque para a UFMA.

3 Avaliação institucional e PAIUB na UFMA

As Instituições de Ensino Superior no âmbito da reforma do governo neoliberal são direcionadas para realizarem avaliações

institucionais. Estas têm como objetivos promover a diferenciação, a flexibilização, a descentralização e a centralização institucionais, que são as características fundamentais para que ocorram modificações na educação superior. O patrocinador das propostas de reforma do ensino superior é o BIRD / Banco Mundial apresentando estratégias como fomentar grande diferença entre instituições; incentivar as instituições públicas para diversificar as fontes de financiamento; redefinir a função do governo para com a educação superior e adotar políticas com objetivos de qualidade e equidade.

Observa-se que é de interesse dos neoliberais que as IFES sejam transformadas em “organizações sociais”, desenvolvam autonomia plena, sendo capazes de gerir e captar recursos buscando fontes diversificadas. A educação superior torna-se assim, exposta a um processo de “privatização”.

Nas palavras de Dias Sobrinho (2003) é ressaltado que

Desde 1995, o Ministério da Educação passou a dedicar grande importância à avaliação como controle e instrumentalização de suas políticas reformistas. Estas reformas requerem uma avaliação que seja capaz de medir de modo objetivo as instituições e averiguar as competências e habilidades profissionais que os cursos estão propiciando aos alunos, tendo em vista as necessidades de produtividade e competitividade que as empresas e o próprio governo apresentam. A ideia de universidade que então predomina é a da instrumentalidade. As instituições de educação superior devem atender a toda a demanda por vagas, e então se escancara ainda mais o mercado privado. Devem cumprir mais efetivamente as exigências de instrumentar o mundo do trabalho, e então há um controle rigoroso sobre os perfis profissionais, as competências e habilidades demandadas pelo mercado. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 75).

Importa então, ficarmos atentos às mudanças que estão em curso para a educação superior, pois estas podem acarretar sérios problemas. Por exemplo, o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa estariam atreladas à lógica do mercado, aos interesses do capital provocando total inibição da capacidade crítica e reflexiva que é típica do campo acadêmico-científico.

O Estado tem interesse em conduzir a avaliação dos

sistemas de educação superior, porém tal fato não acontece sem tensões. Estado e Universidades mantêm tensas as relações, pois, o ponto de conflito situa-se sobre a manutenção e o controle destas.

Segundo Dias Sobrinho (2003), devemos observar que

A grave crise econômica mundial e o esgotamento do modelo militar brasileiro nos anos 1980 trouxeram à tona com mais visibilidade o assunto da avaliação da educação superior como instrumento básico para orientar a distribuição dos recursos públicos e a imposição da racionalidade da eficiência. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 72).

A justificativa na perspectiva do Estado para que seja feita a avaliação das universidades baseia-se no fato de os gastos públicos sofrerem cada vez mais aumentos proporcionando uma redução da qualidade, o que implica na competência, criatividade, novos conhecimentos e tecnologias.

A importância da qualidade numa sociedade capitalista reside no fato de a reestruturação do modo de produção capitalista solicitar economias que se baseiam em práticas competitivas de mercado, exigindo dessa forma que as universidades se desenvolvam numa perspectiva de qualidade empresarial (competência, criatividade, novos conhecimentos e tecnologias).

No entanto, a comunidade acadêmica das Universidades Públicas reage de forma diferenciada, procurando assumir a responsabilidade pela avaliação institucional das IFES, desse modo conforme Denise Leite (1997, p. 7) “[...] no Brasil a comunidade acadêmica das Universidades Públicas antecipa-se ao Estado tomando a si a responsabilidade pela avaliação, negociando seus formatos e modos de participação”.

Nesse intento, as Universidades públicas através de suas representações, tais como a ANDES e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB negociam com o governo federal o formato de avaliação institucional que as IES devem adotar de forma que não saiam prejudicadas. A questão da avaliação das IES envolve a discussão do que avaliar e do como ser avaliada a educação superior e suas instituições, também chama a atenção o destino que vai ser dado aos resultados do processo avaliativo.

Na história da Universidade brasileira está registrado que desde o ano de 1977 o sistema de pós-graduação tem sido avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Esta avaliação envolve relatórios anuais, credenciamento dos cursos e credenciamento de dois em dois anos, são realizadas visitas aos locais e avaliação por pares. Observamos que os critérios e indicadores que têm sido adotados se aperfeiçoam, sendo, inclusive, referência para outros países. Os resultados das avaliações são demonstrados através de conceitos e estes são divulgados pela imprensa além de serem utilizados para alocar recursos e conceder bolsas.

No que se refere à avaliação das pesquisas produzidas nas Universidades, o desempenho das áreas de conhecimento e as atividades dos pesquisadores, estas são avaliadas periodicamente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e também pelas instituições regionais, a exemplo das Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados.

A avaliação das instituições de ensino superior, como as IFES, tem estado nas pautas de discussões de organizações representativas de categorias como a de docentes do ensino superior e também nas pautas de reuniões do MEC. Num breve esboço histórico sobre a avaliação das Universidades brasileiras em 1982 a ANDES propôs conforme estudos específicos a Avaliação Institucional.

Em 1983 o Ministério da Educação responde instituindo o PARU (Programa de Avaliação da Reforma Universitária) que vigorou até o ano de 1986. Este não obteve grandes expressões políticas. No ano de 1986, é oficializado pelo Ministério da Educação o GERES (Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior).

O GERES era composto por acadêmicos, burocratas do governo e empresários, Este grupo encaminhou ao Ministério

[...] um programa de reformulação do Ensino Superior que, em última análise, através da avaliação pretendia ranquear as instituições, distinguindo-as quanto às funções realizadas. A comunidade acadêmica, sentindo-se ameaçada com a proposta, enviou ao MEC, em

posição nitidamente **reativa**, projetos substitutivos (ANDES, CRUB) e desencadeou um amplo debate nacional sobre a avaliação e o projeto GERES (IBID, p. 9–10, grifo do autor).

Houve assim um incidente, que extingue o Projeto GERES, constituindo-se então três posições sobre avaliação da educação superior:

1 - Avaliação com a participação da comunidade. (Proposta do Governo);

2 - Avaliação com instrumentos democráticos, transparentes e legítimos, as atividades sendo sistematicamente avaliadas considerando o padrão de qualidade da Universidade brasileira e seu compromisso com a sociedade (Proposta do Movimento Docente – ANDES);

3 - Avaliação do desempenho, vinculada a autonomia, sendo aberta e de conhecimento da sociedade. (Proposta dos Reitores – CRUB).

O desenrolar da história da avaliação institucional da universidade brasileira nos fornece o seguinte quadro: em 1988 o Ministério da Educação se volta para a avaliação de custos das IFES através da Portaria 278 – MEC / SESU (Secretaria de Educação Superior) datado de 08/06/1988 conforme Comissão de Apropriação de Custos das IFES;

Em abril de 1989 acontece um amplo debate sobre avaliação, tendo o apoio do British Council. O referido debate se realizou no Seminário “Institutional Evaluation in Higher Education” em Brasília.

De forma isolada, as Instituições passam a se organizar em relação à avaliação institucional constituindo seus próprios Programas. Desse modo, em 1990 o MEC resolve analisar a utilização de indicadores de qualidade na avaliação institucional, constituindo a “Comissão Coordenadora das Atividades de Fomento à Melhoria do Processo de Gerenciamento das IFES”. Esta Comissão propôs a utilização de um grupo de indicadores básicos para a avaliação das Universidades.

No final dos anos 1980 e 1990, frequentemente destacou-se na mídia escrita e eletrônica várias críticas às Universidades, e, conseqüentemente, para todo o Sistema Público de Educação Superior. Em

1992 são feitos esclarecimentos a respeito do sistema de avaliação britânico, que se tornara conhecido no Brasil durante o Seminário de 1989.

Nesta perspectiva, o Fórum de Pró-Reitores encaminha ao Ministério da Educação uma proposta de desenvolver um Programa de Apoio a Avaliação do Ensino de Graduação das Universidades. Após seis meses é instituída pelo MEC a Comissão Nacional de Avaliação, que é composta pela representação dos Reitores das Universidades Federais, Associação das Universidades Públicas Estaduais e Municipais, das Particulares e Confessionais e o Comitê. A função desta Comissão era de propor o Sistema Brasileiro de Avaliação.

Dessa forma, de julho a outubro de 1993 é elaborada a Proposta de Avaliação Institucional pela Comissão Nacional de Avaliação, e então é institucionalizado o PAIUB, com base em documento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior- ANDIFES, sendo assumido pelos Reitores das Universidades.

O PAIUB é resultado de discussões e posicionamento da ANDIFES diante do Estado. Nesse sentido, esta organização chama para si a responsabilidade da Avaliação, enquanto que o Programa PAIUB conta com adesão voluntária das Universidades, valoriza a emancipação e a participação da Comunidade e possui recursos financeiros provenientes do Estado exclusivamente para a avaliação institucional.

Este Programa contém três etapas básicas: Avaliação Interna, Avaliação Externa e Reavaliação. Nesta perspectiva, a avaliação interna caracteriza-se como uma auto-avaliação da Universidade, dos segmentos que a constituem, a avaliação externa acontece por meio de experts de áreas de conhecimento, assim como também através de representantes de sindicatos, associações de categorias profissionais, usuários das profissões e também através dos egressos dos Cursos.

A reavaliação acontece através da reunião e discussão dos resultados das etapas antecedentes, projetando ações para melhorar a qualidade dos Cursos, revendo o seu projeto pedagógico, assim como o de desenvolvimento.

O Programa PAIUB objetiva no 1º. Ciclo avaliativo, o ensino de graduação, pois a pós – graduação, assim como as pesquisas já são avaliadas pelo MEC/CAPES e CNPq. Cada Universidade desenvolve

seu próprio Projeto mantendo o controle deste, uma vez que tenha sido aprovado pelos pares indicados pela Comissão Nacional de Avaliação. A SESU/MEC é encarregada da supervisão do Programa, repassando os recursos via o Comitê Nacional de Avaliação, a prestação de contas se dá através de relatórios técnicos e financeiros sobre as ações que se desenvolveram e sobre os gastos realizados.

O uso de indicadores é previsto para o PAIUB, respeitando-se a identidade da instituição e a sua globalidade, com fins de desenvolver a avaliação interna e externa, permitindo rever os objetivos, compromissos e nortear as mudanças que forem necessárias acontecer. São os Cursos de graduação que o PAIUB analisa primeiramente, procurando entender como se dão as relações com a pós-graduação, a pesquisa, a extensão e a gestão acadêmica. Examinam-se também, de forma qualitativa, as relações que acontecem entre corpo docente, discente, técnico administrativo, currículo, instalações físicas, laboratórios e bibliotecas, assim como as relações que há dos Cursos com a Comunidade externa à Universidade, inclusive com o mercado profissional.

O PAIUB objetiva desenvolver uma cultura de avaliação da Universidade criando hábitos coletivos e valores, favorecendo um cotidiano avaliativo. A proposta é de superar avaliações tecno burocráticas. Em relação à gestão, esta não deve apenas definir o grau de participação dos segmentos da Comunidade Acadêmica, mas garantir espaços democráticos onde todos realmente possam tomar parte do processo avaliativo. No que se refere ao PAIUB na UFMA este se desenvolveu seguindo as diretrizes e metas da proposta nacional, dessa forma foram elaborados dois sub-projetos: (Sub-projeto I e Sub-projeto II).

O Sub-projeto I se refere ao Sistema de Indicadores do Desempenho Acadêmico e o Sub-projeto II corresponde a Avaliação dos Cursos de Graduação. A gestão do PAIUB da UFMA aconteceu na Secretaria de Planejamento desta Instituição onde foi estruturado o Departamento de Informação e Avaliação Institucional – DIAI. Na Pró-Reitoria de Graduação se constituiu a Comissão de Avaliação da Graduação – CAV, formada por quatro professores e dois técnico –

administrativos, tendo por objetivos avaliar os Cursos de Graduação. A coordenação do Sub-projeto I esteve sob a responsabilidade do DIAI enquanto o Sub-projeto II foi assumido pela Pró-Reitoria de Graduação e pela CAV.

O Sub-projeto I objetiva consolidar o Sistema de Indicadores do Desempenho Acadêmico. Desse modo é feito um levantamento das informações e assim elaboram-se os indicadores. Estes se referem ao semestre letivo do ensino da graduação, da pós-graduação, da pesquisa, extensão e produção acadêmica. Em relação ao Sub-projeto II, avalia-se os Cursos de Graduação em duas etapas, quais sejam: avaliação interna e avaliação externa. A condução do Sub-projeto II se dá pela Comissão de Avaliação – CAV constituída na Pró-Reitoria de Graduação e pelos Núcleos de Avaliação – NACs que são formados pelo Coordenador do Curso (presidente), dois docentes eleitos em Assembleia do respectivo Departamento, um discente eleito pelos pares e um funcionário administrativo que deve ser indicado pelo Coordenador do Curso.

Conforme proposta nacional do PAIUB, a UFMA desenvolveu a sua proposta considerando realizar a sensibilização ou preparação, as etapas de diagnóstico, avaliação interna, avaliação externa e reavaliação. Ressaltamos que a UFMA desenvolveu apenas a sensibilização e as etapas de diagnóstico e a avaliação interna com dificuldades e não totalmente como indicava a proposta. Os entraves se deram em função de não ter ocorrido inteira participação da Comunidade Acadêmica.

A pesquisa realizada por Gomes (2006) retrata que em relação ao PAIUB-UFMA, não houve tanto envolvimento da Comunidade Acadêmica, os funcionários que participaram da avaliação institucional adotaram uma postura formal, cumprindo uma obrigação que era determinada pela instância superior. Foi esclarecido nesta pesquisa que a participação assumiu um caráter burocrático conduzindo-se através de hierarquias, o que também foi observado em pesquisa desenvolvida nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil por Palharini (1999).

Ficou constatado que a avaliação realizada pelo PAIUB nas

IES, não proporcionaram mudanças significativas para as Universidades, limitando-se a ser mais uma tarefa burocrática determinada pelo MEC / SESu, a gestão das IES não se envolveram, o trabalho limitou-se às Comissões e grupos de trabalho isoladamente. A partir do ano 2006, a avaliação institucional tem se realizado através do Programa SINAES, Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Conforme os idealizadores deste Programa, o mesmo mantém a essência do PAIUB, o qual foi desativado.

4 Considerações finais

A política que estamos presenciando desde o século XX aos dias atuais (séc. XXI) corresponde à lógica neoliberal, as reformas de Estado e dentre estas as da educação têm no âmago a preparação para uma nova etapa do modo de produção capitalista que não se sustenta mais com tecnologias obsoletas requerendo uma nova forma de organização nas empresas e, para isso, se faz necessário preparar o trabalhador na perspectiva que satisfaça a este momento histórico.

No que se refere à avaliação institucional e a gestão educacional, podemos perceber que estas não têm levado nossos dirigentes a tomarem atitudes a partir de seus resultados. Não têm acontecido decisões para melhorar e aperfeiçoar os serviços, uma vez constatadas as situações que são esclarecidas pelas avaliações institucionais. Também fica claro o não envolvimento das gestões das IES nesses processos avaliativos, ocorrendo apenas as formalidades de praxe.

Transparece desse modo, que as ações de gestão participativa e avaliação institucional são uma das formas de conduzir as reformas na educação superior atendendo ao projeto de sociedade neoliberal. Importa que a sociedade faça uma leitura clara da situação política em que se encontra a educação pública no nosso país e com destaque para a educação superior, que não veja os problemas da educação somente como problemas administrativos, mas que percebam a política da privatização rondando insistentemente as Universidades públicas, ameaçando o futuro de milhões de brasileiros que merecem

ter educação pública de qualidade.

Não é com avaliação institucional ou gestão participativa que resolveremos a falta de financiamento do ensino superior, pois é dever do Governo financiar a educação pública garantindo a qualidade social e o desenvolvimento da ciência para que as futuras gerações de brasileiros e brasileiras não fiquem excluídas.

Referências

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, W. C. **Avaliação institucional:** gestão do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. (A experiência da UFMA). 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa da Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

LEITE, D. Avaliação e tensões Estado, Universidade e sociedade na América Latina. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas, v. 2, n. 1, mar. 1997.

PALHARINI, F. A. **O estado do PAIUB em universidades federais da região sul e sudeste:** tormento ou paixão. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF, Niterói, 1999.

ROSAR, M. de F. F.; KRAWCZYK, N. R. Diferenças da homogeneidade: elementos para o estudo da política educacional em alguns países da América Latina. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 75, ago. 2001.

SILVA JUNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. Reforma do Estado e reforma da educação superior no Brasil. In: SGUISSARDI, V. (Org.). **Avaliação universitária em questão:** reformas do estado e da educação superior: Campinas. S. P. : Autores Associados, 1997.